



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Impasse e pressão

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, garantiu que o impacto fiscal e as medidas compensatórias para a reoneração da folha serão anunciadas na próxima semana, “quando a medida que nós apresentamos para o presidente for devidamente processada na Casa Civil”. A ver.

Lá vêm os prefeitos

Na próxima semana, uma nova variável passará a interferir nas negociações. A Marcha dos Prefeitos promete aumentar a pressão sobre o Congresso e o governo. E eles contam com o apoio do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, para terem algum alento na gestão das contas públicas.

Na espera

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, está deixando o mercado ansioso na expectativa de ele definir os nomes dos parlamentares que vão formar o Grupo de Trabalho da regulamentação da Reforma Tributária. Os principais partidos já enviaram para o deputado algoano a relação dos nomes que gostariam que estivessem presentes na comissão.

No prazo

As bancadas demoraram a mandar os nomes para a presidência da Casa, o que atrasou o processo. Mas a intenção de Lira é cumprir a promessa de concluir a regulamentação até o recesso parlamentar, que começa em 17 de julho.

Desoneração: Zanin dá chance a acordo

Após semanas de tensão entre os Poderes, a desoneração da folha está a caminho de uma solução — mas ainda faltam etapas importantes a cumprir. Em representação encaminhada ontem ao ministro do STF Cristiano Zanin, a Advocacia do Senado se alinhou à demanda do governo federal de se suspender por 60 dias os efeitos da liminar que encerra a desoneração para 17 setores da economia e municípios.

Na representação, o Senado alega haver um diálogo que favoreça o equilíbrio orçamentário, a segurança jurídica e o planejamento de empresas e de municípios. O ministro Zanin acolheu a reivindicação e suspendeu sua decisão anterior. Mas pontuou

que “transcorrido o prazo de 60 dias sem solução, a liminar deferida retomará sua eficácia plena”.

A desoneração da folha passou a ser judicializada por iniciativa do governo federal. A AGU alegou ao Supremo que a medida, aprovada por ampla maioria nas duas Casas, é inconstitucional por não apontar o impacto orçamentário da renúncia fiscal. A desoneração, na ótica do governo, poderia produzir um “desajuste significativo nas contas públicas e um esvaziamento do regime fiscal constitucionalizado”.

Apesar dos avanços, a questão permanece em aberto. Falta definir onde haverá compensações para manter a desoneração.



Mergulho eleitoral

Estão abertas as inscrições para a terceira edição do curso Imersão Eleições, de 13 a 16 de junho em Brasília, formato híbrido. Esta edição é focada na preparação de profissionais de comunicação e marketing político e de candidatos que buscam aprimorar as habilidades para atuar no período eleitoral. Informações e inscrições em <http://www.imersaoeleicoes.com.br/campanha>.

A luta dos jornais gaúchos

A imprensa do Rio Grande do Sul também foi atingida pela maior catástrofe da história do estado. Os parques gráficos do *Zero Hora* e do *Correio do Povo*, dois dos jornais de Porto Alegre, ficaram totalmente alagados, segundo o portal Jornalistas & Cia. Ambos resolveram liberar o conteúdo mais urgente e relevante para a internet.

Missão

Localizado a 300 metros do Guaíba, o prédio do Zero Hora teve de ser evacuado. Apesar dos desafios, os veículos permanecem imprimindo, parcialmente, as edições, que enfrentam muitas dificuldades para serem distribuídas, com a obstrução ou destruição de mais de 150 pontos nas rodovias.

Supremos professores

A pedido do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, a TV Justiça prepara a série Aula Magna, que prevê aulas com os 11 integrantes da Corte para serem exibidas na TV e no Youtube. A primeira aula será gravada com o decano, ministro Gilmar Mendes. Ele tratará do tema Desafios Contemporâneos da Jurisdição Constitucional. A série será exibida em agosto.

Colaborou Ândrea Malcher

LGBTQIA+

Um apelo contra a violência

No Dia Nacional de Combate à LGBTfobia, parlamentares pedem mais proteção a esse público contra crimes motivados por orientação sexual

» RENATO SOUZA

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



A deputada Daiana Santos: “É um embate duro e difícil, mas não fugimos da luta de jeito nenhum”

Parlamentares da bancada LGBTQIA+ na Câmara e no Senado pediram o combate à violência em razão da orientação sexual e de gênero, no Dia Nacional de Combate à LGBTfobia, celebrado ontem. As deputadas federais Erika Hilton (PSol-SP), Duda Salabert (PDT-MG) e Daiana Santos (PCdoB-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos, lembraram que o país é um dos mais violentos no mundo em relação a crimes motivados por orientação sexual. Elas defenderam mais proteção para desse público.

No ano passado, 230 pessoas foram assassinadas no Brasil em situações que caracterizam violência em razão de orientação sexual. As informações são de uma pesquisa feita pelas ONGs Acontece Arte e Política LGBTQI+, Associação Nacional de Travestis e Transexuais e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. Os dados revelam que uma pessoa da comunidade LGBT foi morta no Brasil a cada 38 horas em 2023. Somente em São Paulo, foram 27 assassinatos.

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) também se manifestou. “Hoje é o dia internacional contra a homofobia. Um dado que serve para lembrar o tanto que ainda temos de avançar como sociedade”, afirmou, por meio das redes sociais. “Não podemos aceitar que, a cada 38 horas, uma pessoa seja morta neste país simplesmente por causa da orientação sexual dela.”

Duda Salabert, pré-candidata à Prefeitura de Belo Horizonte, destacou que a data marca a retirada da homossexualidade do rol de doenças catalogadas pela Organização Mundial da Saúde

(OMS). “Hoje, no dia 17 de maio, comemoramos o dia internacional de luta contra a LGBTfobia. Nesse dia, em 1990, a homossexualidade foi oficialmente retirada da Classificação Internacional de Doenças, deixando de ser considerada uma patologia mental”, frisou.

Já Erika Hilton ressaltou que a luta contra a homofobia deve ser constante, até que essa prática seja cessada. “Um dia de reflexão, organização e resistência a favor dos direitos de nossa comunidade, que ainda padece de políticas públicas específicas, e de debate à violência e à intolerância”, destacou.

A deputada Daiana Santos disse “preciso políticas públicas que oportunizem saúde, emprego e educação”.

Twitter



Congresso iluminado para marcar o Dia Nacional de Combate à LGBTfobia

Cinco perguntas para

DAIANA SANTOS (PCDOB-RS), DEPUTADA

Na avaliação da senhora, as novas gerações têm sido menos preconceituosas e mais liberais com a diversidade sexual?

Existe um avanço dentro da sociedade brasileira, embora quanto mais exista esse avanço também haja um movimento contrário e conservador contra as nossas pautas. Claro que muito desse avanço deve-se às lutas dos movimentos da comunidade LGBTI, tensionando pelos direitos da nossa população e a abertura do debate nas mais diversas esferas da sociedade.

A atual legislatura do Congresso é mais conservadora e tem travado projetos em prol da comunidade LGBTQIA+?

Sim, existe uma bancada conservadora e fundamentalista que pauta projetos extremamente retrógrados, como a proibição da união homoafetiva. No entanto, também temos uma bancada LGBTI aguerrida, que, aliada com parlamentares progressistas, lutamos pelos direitos da comunidade LGBTI, para que projetos absurdos não sejam debatidos e aprovados sem que haja uma discussão robusta. É um embate duro e difícil, mas não fugimos da luta de jeito nenhum.

Como é a convivência com parlamentares conservadores, fundamentalistas religiosos e outros que tentam travar a luta LGBTQIA+ no Parlamento?

Como presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, sempre prezei pelo debate. Existem embates no Parlamento e nas redes sociais, porém, fora isso, tudo deve ser feito com cordialidade e respeito. Penso que nós, enquanto parlamentares, independentemente da nossa vertente política, devemos prezar pelo diálogo, respeitando as nossas diferenças. Política se faz com diálogo.

A senhora considera que integrantes da comunidade LGBTQIA+ encontram mais dificuldades para serem eleitas? Como foi o seu caminho?

Sim. Eu sou mulher negra, lésbica e periférica. Travei inúmeras batalhas para poder ter acesso à educação e ao emprego. É algo que, com o tempo, por meio da luta do movimento LGBT que foi tensionando essa abertura. Tivemos um avanço. No entanto, ainda é pequeno. Somos apenas 5,7% de eleitas e eleitos no país, segundo o Vote LGBT.

O que fazer para o Brasil deixar de figurar entre os mais perigosos para integrantes da comunidade LGBTQIA+?

É preciso políticas públicas que oportunizem saúde, emprego e educação. Também precisamos de ações efetivas no âmbito da Justiça para acabarmos com os altos índices de insegurança nos quais a população LGBTI convive no Brasil.